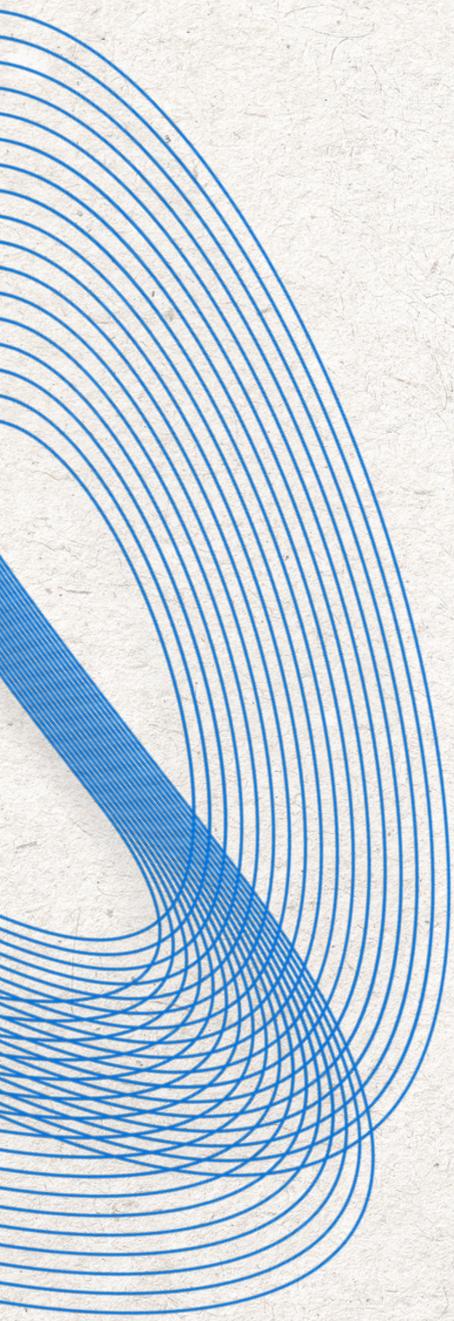




Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Faro





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho

Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves

Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

Luziane Cravo Silva

Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri

Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari

Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho

Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA

Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA

Coordenação Técnica

Coordenadoria de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA

Revisão Técnica

Centro Educacional de Tecnologia Social da Amazônia – AMAZON CETEC

Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 - Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Faro (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

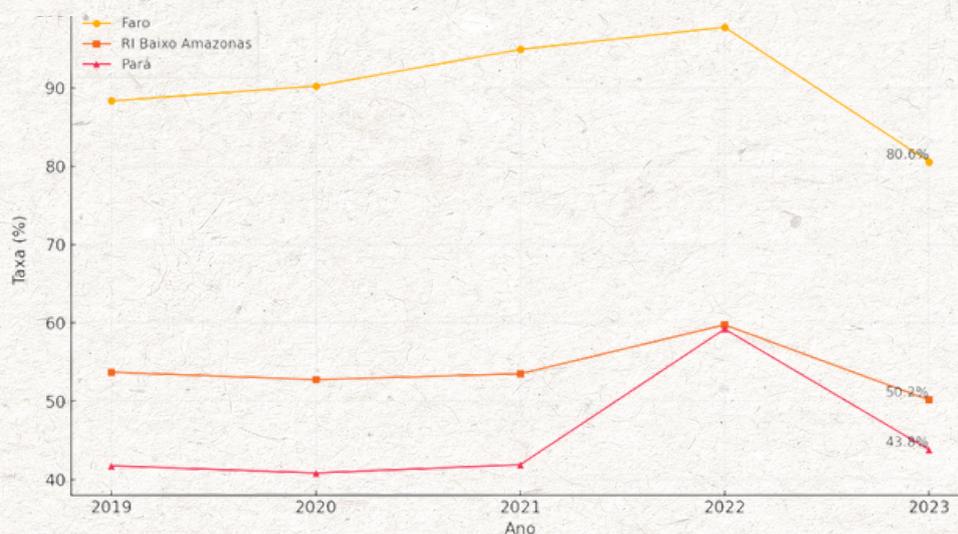
A taxa de pobreza no município de Faro apresentou níveis bastante elevados ao longo do período analisado, oscilando entre 88,7% em 2019 e 80,6% em 2023. Observa-se um crescimento contínuo entre 2019 e 2022, com o pico registrado em 2022 (97,8%), seguido por uma redução expressiva no ano seguinte. Apesar dessa queda, o patamar ainda permanece substancialmente acima da média estadual e da Região de Integração (RI) Baixo Amazonas (Gráfico 1).

Na RI Baixo Amazonas, a taxa de pobreza manteve-se relativamente estável de 2019 a 2021 (entre 53% e 54%), mas sofreu uma elevação significativa em 2022, alcançando 60%, antes de recuar para 50,2% em 2023. Essa flutuação pode estar associada a impactos econômicos da pandemia e medidas emergenciais temporárias, que influenciaram as condições socioeconômicas da população regional (Gráfico 1).



Em relação ao estado do Pará, a taxa foi consistentemente inferior aos demais níveis analisados. O indicador oscilou entre 41,2% em 2020 e 59% em 2022, também refletindo o impacto da crise sanitária. Contudo, a recuperação em 2023 (queda para 43,8%) sugere alguma retomada da renda das famílias e reforço de políticas públicas estaduais voltadas à inclusão e combate à pobreza (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 80,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais no município de Faro demonstram uma mudança abrupta no padrão a partir de 2021. Enquanto em 2019 e 2020 o percentual esteve zerado (possivelmente por ausência ou subnotificação dos dados), em 2021 observou-se um salto expressivo para 63,1%, que se manteve relativamente estável nos anos seguintes (62,9% em 2023). Esse novo patamar alinha Faro com os índices do estado e da RI, sinalizando possível reestruturação orçamentária ou maior transparência na execução dos recursos (Gráfico 2).

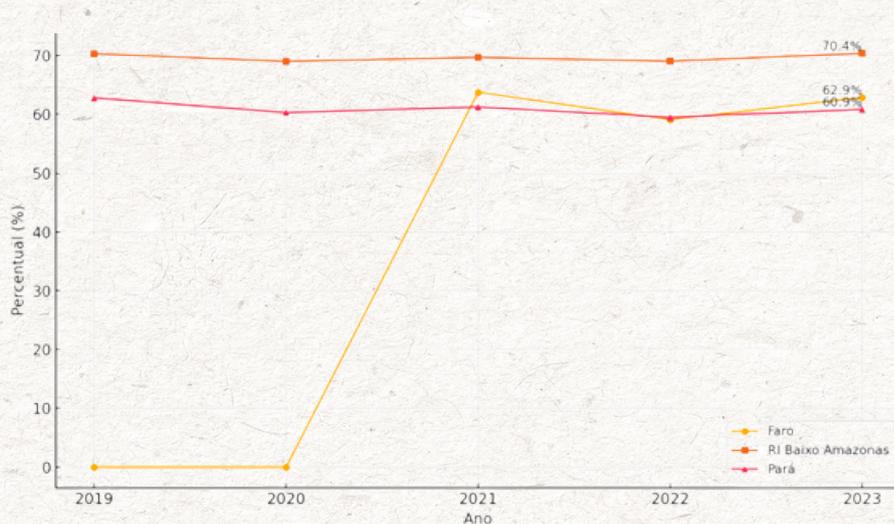
Na RI Baixo Amazonas, os percentuais foram consistentemente superiores aos de

Faro até 2020, com ligeira oscilação ao redor de 69% a 70%. A partir de 2021, com a elevação do indicador em Faro, os níveis da RI ficaram próximos aos do município, indicando um padrão regional consolidado de investimento em saúde, educação e assistência social (Gráfico 2).

No estado do Pará, o indicador seguiu uma trajetória estável, variando entre 62,4% (2019) e 60,9% (2023), com discreta queda em 2022 (59,1%). Essa estabilidade demonstra um comprometimento contínuo com os serviços públicos essenciais, mesmo diante das restrições fiscais impostas por crises econômicas e sanitárias recentes (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

O município de Faro apresentou um comportamento variável na prevalência de crianças com baixo peso ao nascer entre 2019 e 2023. Em 2019, a taxa era de 6,5%, recuando fortemente para 4% em 2020 – o menor valor do período. A partir de então, observou-se uma trajetória ascendente, com aumentos consecutivos até atingir 7% em 2023. Esse crescimento pode refletir tanto deteriorações nas condições de saúde materno-infantil quanto melhoras na cobertura e registro de dados de nascimentos (Gráfico 3).

Na Região de Integração Ba-

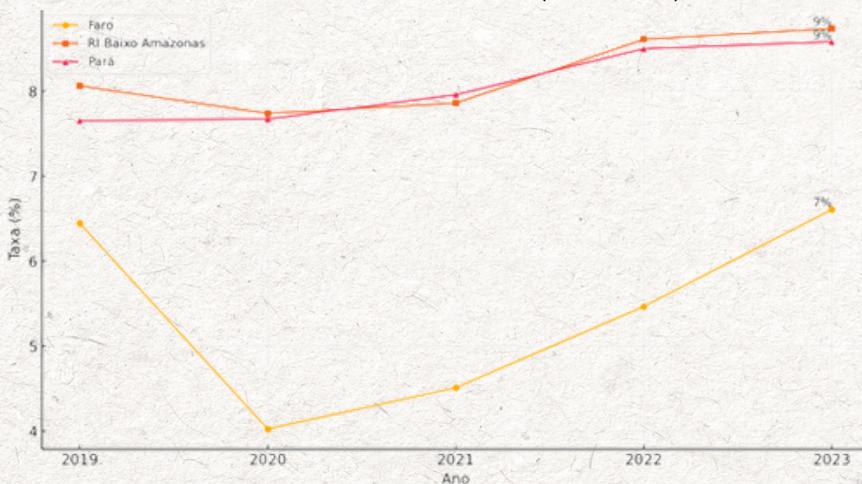
ixo Amazonas, o indicador manteve-se em patamar mais elevado e com variações sutis, oscilando entre 7,7% (2020) e 9% (2023). A elevação contínua a partir de 2021 sugere agravamento de fatores como acesso insuficiente a pré-natal de qualidade ou aumento de gestações em situações de risco social, ainda que o crescimento tenha sido moderado ao longo dos anos (Gráfico 3).

No estado do Pará como um todo, a tendência foi semelhante à da RI, com estabilidade inicial (7,7% em 2019 e 2020) e aumento progressivo até 9% em 2023.

A homogeneidade entre RI e estado sinaliza que as condições de vulnerabilidade perinatal têm abrangência ampla, não sendo exclusivas de Faro, embora neste município o dado parta de patamar inferior e alcance crescimento mais acentuado nos últimos anos (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

No município de Faro, a produtividade agrícola apresentou oscilações significativas no período analisado. Em 2019, o valor era de R\$ 4,4 mil/ha, subindo para R\$ 6,4 mil/ha em 2020, sugerindo um bom desempenho naquele ano. No entanto, após leve queda em 2021 (R\$ 5,9 mil/ha), a produtividade caiu drasticamente em 2023, atingindo apenas R\$ 2,1 mil/ha – o menor valor do intervalo. Essa queda brusca pode estar relacionada a fatores climáticos adversos, redução de in-

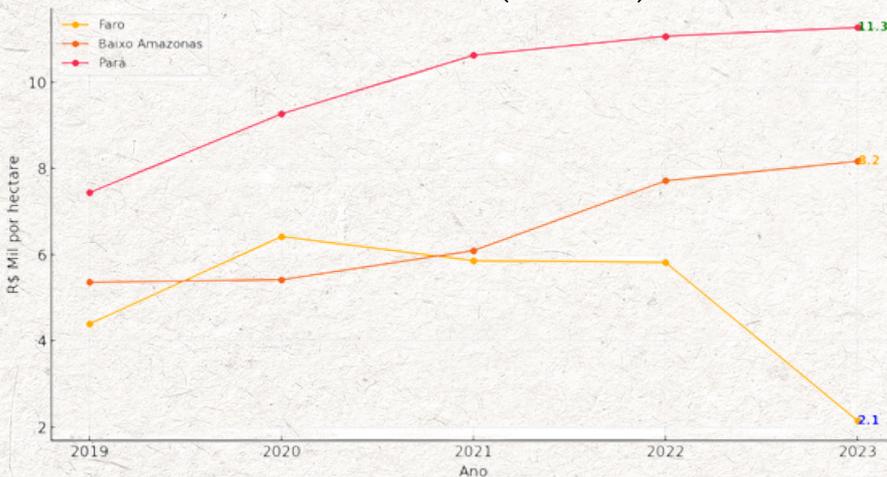
vestimentos no setor ou mudanças nas culturas predominantes (Gráfico 4).

Na RI Baixo Amazonas, a produtividade apresentou trajetória de crescimento mais constante, iniciando em R\$ 5,4 mil/ha em 2019 e alcançando R\$ 8,2 mil/ha em 2023. Esse avanço contínuo demonstra maior estabilidade produtiva na região, o que pode refletir melhor infraestrutura, acesso a tecnologias ou políticas de incentivo agrícola regionalmente aplicadas (Gráfico 4).

Já o estado do Pará eviden-

ciou o melhor desempenho entre os três recortes, com crescimento expressivo de R\$ 7,5 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023. Essa evolução robusta sugere avanços significativos no uso de técnicas modernas de cultivo e mecanização, especialmente em regiões agrícolas de maior escala, o que contrastou com o retrocesso observado no município de Faro, destacando desigualdades internas na capacidade produtiva do estado (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 2,1 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

No município de Faro, a taxa de mortalidade infantil apresentou valores elevados nos primeiros anos da série, com 24,2 mortes por mil nascidos vivos em 2019 e pico de 26,9 em 2020. A partir de 2021, houve uma queda significativa, com redução para 22,8 e uma queda brusca em 2022, chegando a apenas 7,8, mantendo-se em patamar semelhante em 2023 (8). Essa melhora expressiva pode indicar o efeito de intervenções locais em saúde neonatal, aumento da cobertura pré-natal ou melhorias nos serviços básicos de saúde infantil (Gráfico 5).

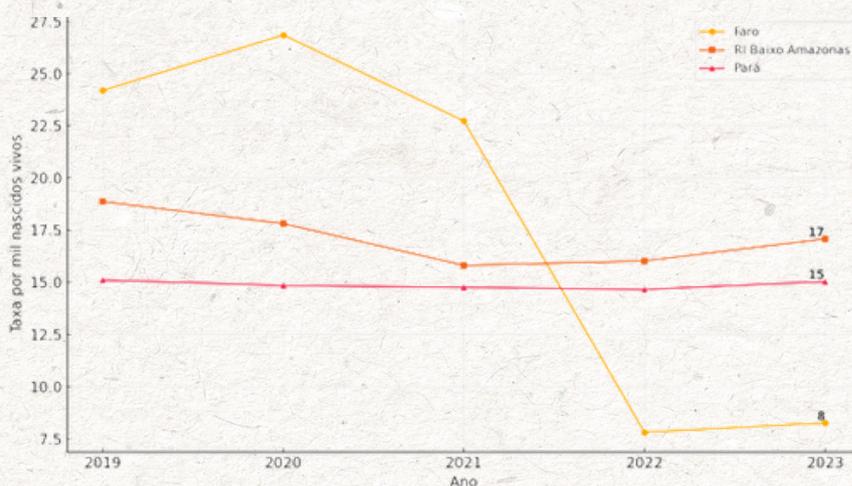
Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais estável, com valores entre 18,9 (2019) e 17 (2023), mantendo-se consistentemente acima da média estadual. Apesar de leve oscilação, não se observam alterações bruscas como em Faro, sugerindo um padrão mais consolidado, mas também um progresso mais lento na redução da mortalidade infantil (Gráfico 5).





Já no estado do Pará, a taxa permaneceu praticamente constante ao longo do período, variando entre 15,1 (2019) e 14,7 (2022), com leve aumento para 15 em 2023. Essa estabilidade evidencia um cenário de controle, mas com estagnação na melhoria do indicador em nível estadual, possivelmente demandando novas estratégias de qualificação dos serviços de atenção à saúde da gestante e do recém-nascido (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

O município de Faro apresentou oscilações acentuadas no número de médicos por 10 mil habitantes entre 2019 e 2023. Em 2019, contava com 7 médicos por 10 mil hab., número que caiu para 5,6 em 2020, subiu novamente para 7,2 em 2021 e voltou a cair para 5,7 em 2022. Apenas em 2023 houve uma retomada, com 8 médicos por 10 mil hab. Essa volatilidade pode estar associada à rotatividade de profissionais em áreas remotas, dependência de programas federais como o

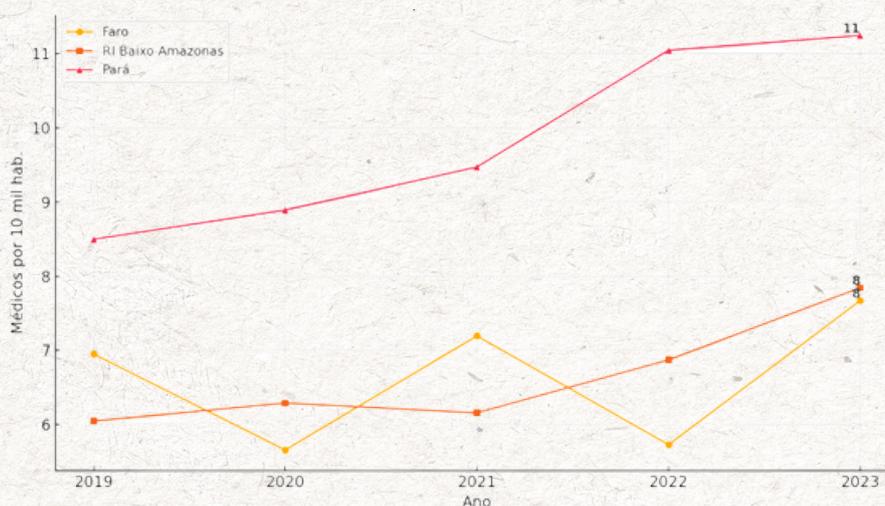
Mais Médicos, ou variações contratuais na rede municipal (Gráfico 6).

Na RI Baixo Amazonas, o indicador evoluiu de forma gradual, passando de 6,1 em 2019 para 8 em 2023. Essa progressão sugere esforços regionais para ampliar o acesso a médicos, mesmo que o número ainda permaneça abaixo da média nacional. A estabilidade maior em relação a Faro aponta para uma gestão regional mais uniforme na alocação de recursos humanos em saúde (Gráfico 6).



No estado do Pará, o crescimento foi contínuo e mais expressivo, partindo de 8,5 médicos por 10 mil hab. em 2019 e alcançando 11,2 em 2023. Essa tendência positiva reflete, provavelmente, o fortalecimento de polos urbanos de saúde e investimentos em fixação de profissionais, embora ainda coexistam desigualdades consideráveis no interior, como evidenciado pelos valores mais baixos em Faro e na própria RI (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

O município de Faro iniciou o período com um número elevado de vagas no ensino público por mil habitantes, mantendo-se em torno de 340 entre 2019 e 2020, e chegando ao pico de 353 em 2021. A partir de então, observa-se uma queda acentuada, com redução para 282 em 2022 e 265 em 2023. Essa retração pode estar associada a fatores como redução da população em idade escolar, readequações na rede de ensino local, ou mesmo descontinuidade de investimentos em expansão da oferta educacional (Gráfico 7).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador manteve-se mais estável até 2021, com valores próximos

de 277 vagas por mil habitantes, apresentando uma queda mais suave nos dois últimos anos (para 235 em 2023). Embora o declínio também esteja presente, sua magnitude é menor do que em Faro, o que indica uma gestão regional possivelmente mais equilibrada quanto à manutenção da capacidade de atendimento escolar (Gráfico 7).

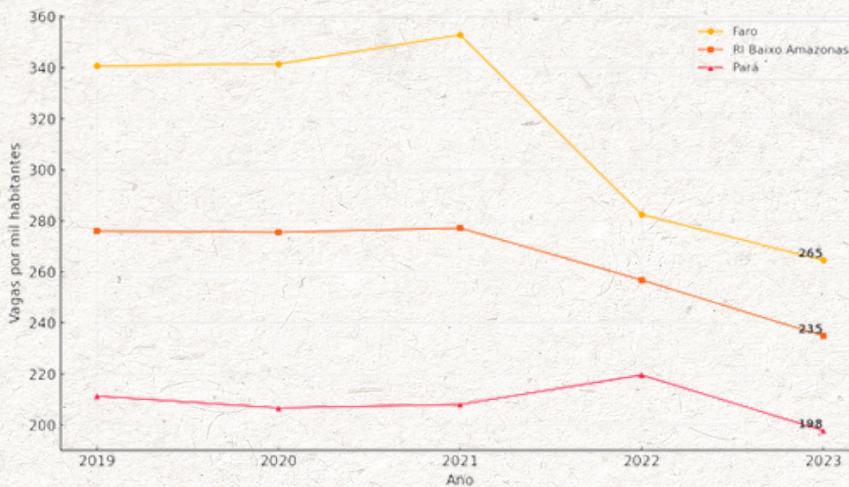
Já no estado do Pará, o número de vagas por mil habitantes iniciou o período em 212 (2019) e permaneceu relativamente estável até 2021, com leve recuperação em 2022 (220), seguida de nova queda em 2023, chegando a 198.



Esses dados evidenciam um padrão estadual de estagnação ou retração no ritmo de ampliação das vagas no ensino público, o que pode refletir limitações orçamentárias ou realocação de prioridades no sistema educacional (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 265 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em Faro, o percentual de escolas com acesso à internet variou de forma significativa ao longo do período analisado. O índice manteve-se estável entre 2019 e 2020 (38,3%), mas caiu nos anos seguintes, atingindo o ponto mais baixo em 2022 (27,5%). Contudo, em 2023, houve uma expressiva recuperação, com o percentual chegando a 47,8%, o que pode sinalizar investimentos recentes em conectividade escolar, especialmente no contexto pós-pandemia e de retomada das atividades presenciais

(Gráfico 8).

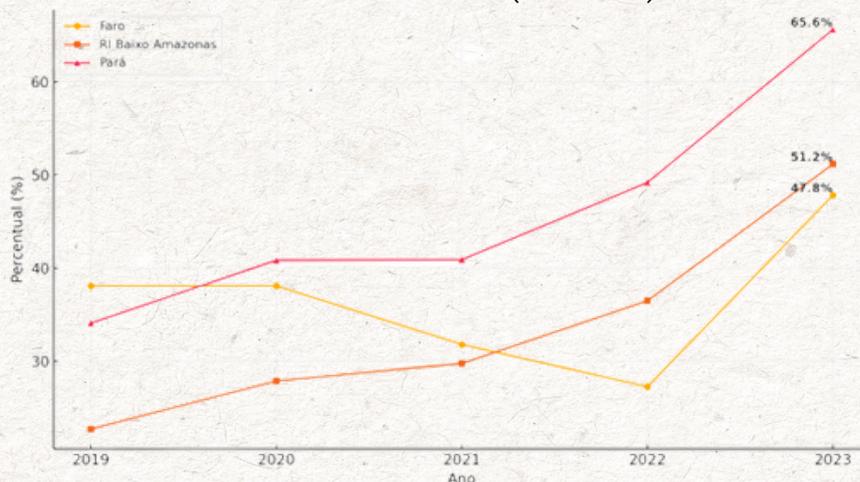
Na RI Baixo Amazonas, a trajetória foi ascendente ao longo do período. A cobertura subiu de 22,5% em 2019 para 51,2% em 2023, revelando uma política de expansão do acesso digital nas escolas públicas da região. Esse avanço contínuo sugere ações coordenadas no âmbito regional, voltadas à inclusão digital e melhoria da infraestrutura tecnológica da rede de ensino (Gráfico 8).

O estado do Pará também apresentou evolução constan-

te, com um salto de 34% em 2019 para 65,6% em 2023, superando os demais níveis territoriais analisados. Esse crescimento robusto destaca uma política estadual consistente de informatização das escolas, possivelmente impulsionada por programas federais e estaduais de modernização da educação básica, além das demandas trazidas pela pandemia por ensino remoto (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



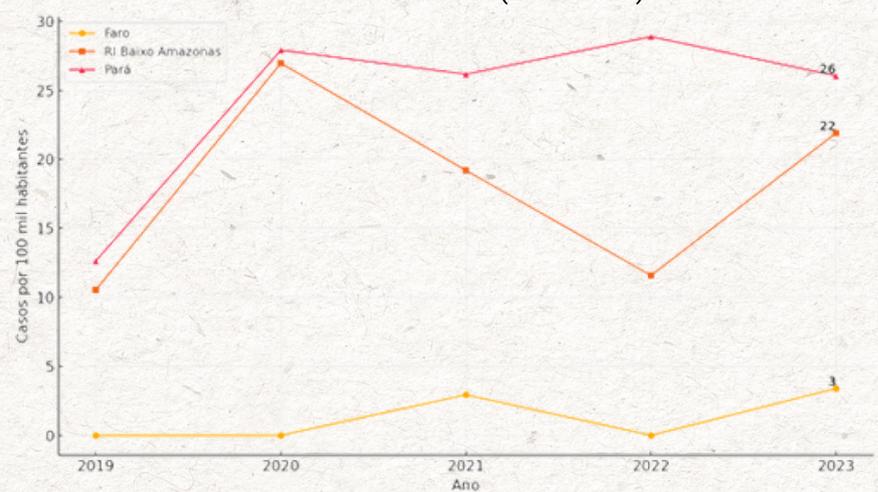
No município de Faro, o indicador de violência contra a mulher por parceiros apresentou valores muito baixos ao longo de todo o período, com registro nulo entre 2019 e 2020, uma leve elevação para 2,9 casos em 2021, nova queda para zero em 2022, e um pequeno aumento para 3 casos por 100 mil habitantes em 2023. Apesar da aparente estabilidade em níveis baixos, é possível que esses números reflitam subnotificação ou dificuldades no acesso das vítimas aos canais de denúncia, sobretudo em regiões mais isoladas (Gráfico 9).



Na Região de Integração Baixo Amazonas, observa-se uma elevação expressiva entre 2019 (10,9 casos) e 2020 (27 casos), seguida por quedas nos anos seguintes, com destaque para o recuo até 12 em 2022, antes de subir novamente para 22 em 2023. Essa oscilação indica tanto o impacto de políticas de enfrentamento quanto possíveis variações no registro e atendimento às vítimas, além de efeitos da pandemia sobre a violência doméstica (Gráfico 9).

Já no estado do Pará, o índice segue padrão semelhante ao da RI, com forte aumento entre 2019 (13 casos) e 2020 (27,4), mantendo-se em patamares elevados até 2023 (26 casos). A persistência de níveis altos aponta para a gravidade do problema da violência de gênero no estado, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas que garantam acolhimento, proteção e prevenção, sobretudo em períodos de maior vulnerabilidade social (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Faro iniciou o período com um percentual expressivo de mulheres em cargos gerenciais (58,9% em 2019), alcançando o pico de 66,6% em 2020. Entretanto, nos dois anos seguintes, houve uma queda abrupta, com redução para 48,1% em 2021 e atingindo o ponto mais baixo em 2022 (35,8%). Em 2023, houve recuperação parcial (45,5%), mas o patamar ainda se mantém abaixo da média observada no início da série, revelando retrocessos significativos na equidade de gênero no mercado de trabalho local (Gráfico 10).

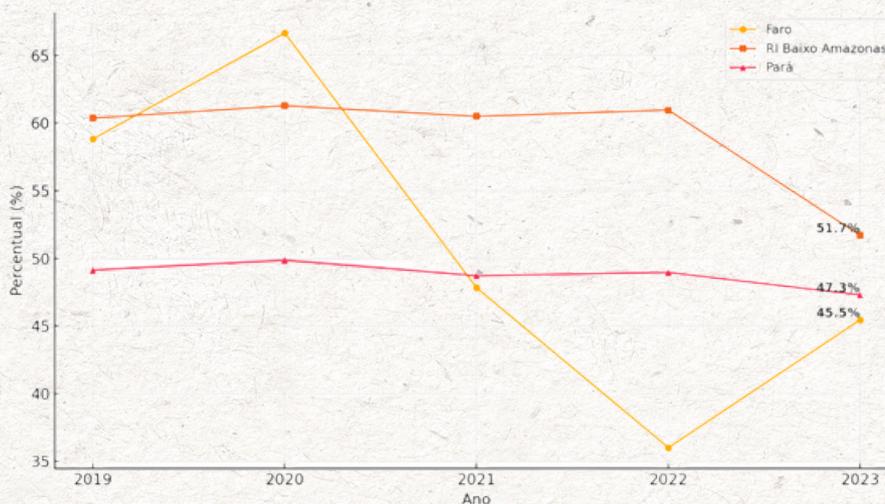




Na RI Baixo Amazonas, o indicador manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2022, com valores próximos a 60%, e apenas em 2023 apresentou uma queda mais acentuada para 51,7%. Ainda assim, os dados indicam uma participação feminina constante e acima da média estadual, sugerindo certo grau de institucionalização da presença de mulheres em posições de liderança na região (Gráfico 10).

No Pará, o percentual de mulheres em cargos gerenciais oscilou pouco, variando entre 48,9% em 2020 e 45,5% em 2023. Essa estabilidade em torno de 47% revela uma estagnação na paridade de gênero em cargos de decisão no estado, sinalizando que, embora haja avanços pontuais, ainda existem barreiras estruturais para a ampliação da presença feminina em posições de poder e liderança profissional (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador apresentou crescimento modesto, passando de 1,5% em 2019 para 2,2% em 2023. Embora o avanço seja pequeno, ele indica algum nível de esforço institucional ou projetos regionais voltados à inclusão sanitária da população de baixa renda. Ainda assim, os valores continuam baixos, o que demonstra um grande desafio regional na universalização do saneamento básico, especialmente em territórios ribeirinhos e periféricos (Gráfico 11).

Já o estado do Pará como

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Faro, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto permaneceu extremamente baixo ao longo de todo o período, variando apenas de 0,2% em 2019 para 0,3% em 2023. Essa estabilidade em patamar tão reduzido evidencia uma significativa exclusão socioespacial no acesso a serviços de saneamento, especialmente entre os grupos mais vulneráveis. A ausência de avanços concretos em cinco anos sugere carência de investimentos direcionados ou ineficiência na implementação de políticas públicas de infraestrutura básica (Gráfico 11).

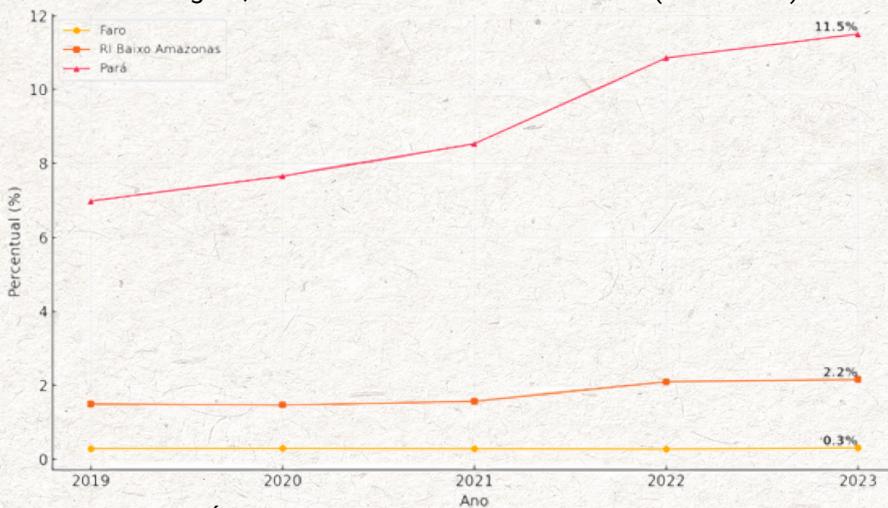
um todo mostrou evolução mais consistente, com crescimento do indicador de 7% em 2019 para 11,5% em 2023. Essa tendência positiva reflete uma ampliação gradual da infraestrutura de esgotamento sanitário para populações vulneráveis, impulsionada possivelmente por programas estaduais e federais. Apesar dos avanços, os números ainda estão distantes da universalização, revelando desigualdades territoriais significativas quando comparados aos índices muito baixos de municípios como Faro (Gráfico 11).

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.





Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Faro, o gasto per capita com saneamento básico oscilou bastante e apresentou valores muito baixos ao longo do período. De 2019 a 2020, o valor foi nulo; em 2021 houve um pico de R\$ 12 por habitante, mas os gastos voltaram a zero em 2022 e 2023. Essa variação indica a ausência de investimentos regulares e sustentáveis no setor, o que contribui diretamente para a estagnação de indicadores como a cobertura de esgotamento sanitário. A falta de continuidade orçamentária revela fragilidades na priorização do saneamento na política pública municipal (Gráfico 12).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os gastos ini-

ciaram em patamar mais elevado em 2019 (R\$ 34/hab.), mas caíram para R\$ 11 em 2022, recuperando-se parcialmente em 2023 com R\$ 24/hab. Essa trajetória evidencia um esforço de retomada de investimentos após períodos de retração, o que pode refletir reequilíbrio orçamentário ou o início de novos projetos de saneamento em resposta à pressão por melhorias estruturais (Gráfico 12).

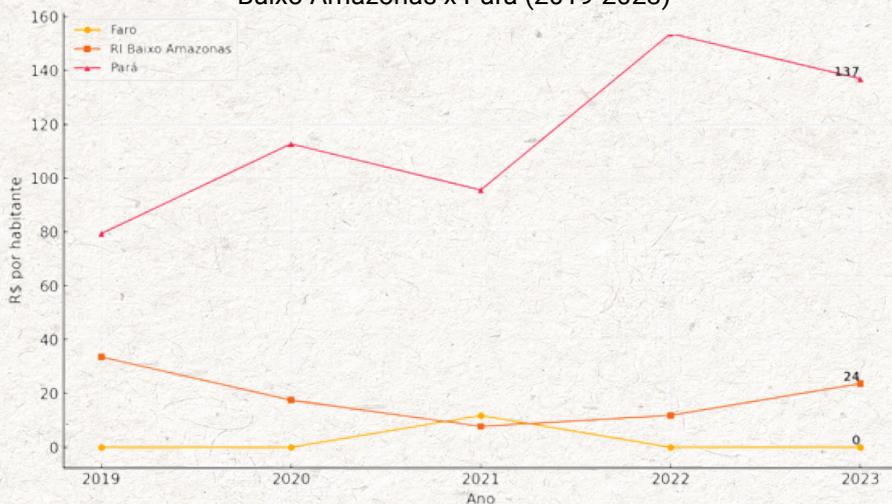
No estado do Pará, o gasto com saneamento básico per capita foi bem mais expressivo ao longo da série. O valor cresceu de R\$ 80/hab. em 2019 para um pico de R\$ 154 em 2022, recuando levemente para R\$ 137 em 2023.

Esse padrão revela a existência de políticas públicas mais consistentes em nível estadual, com aportes contínuos e crescentes em saneamento. Ainda assim, a distribuição desigual desses recursos fica evidente diante do contraste com a realidade de municípios como Faro (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



No município de Faro, o consumo de energia elétrica per capita apresentou variações ao longo do período analisado. Em 2019, era de 635 kWh/hab., subindo gradualmente até alcançar 790 kWh/hab. em 2021. Esse crescimento pode estar associado à ampliação do acesso à energia ou a mudanças no perfil de consumo das famílias. No entanto, em 2022 houve uma queda acentuada (para 644 kWh/hab.), possivelmente em decorrência de fatores econômicos, climáticos ou operacionais. Em 2023, verificou-se uma leve recuperação, com 698 kWh/hab., embora ainda abaixo do pico anterior (Gráfico 13).

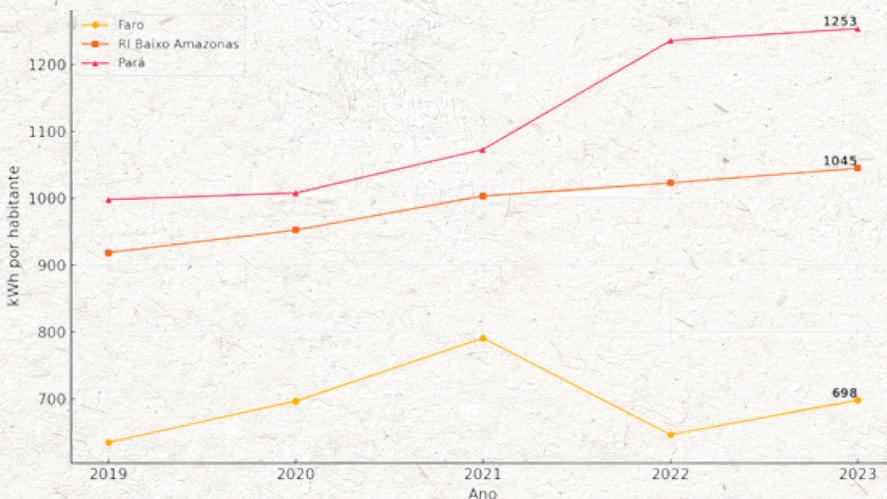
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o consumo manteve-se em trajetória contínua de crescimento, de 918 kWh/hab. em 2019 para 1.045 kWh/hab. em 2023. Esse padrão estável de crescimento sugere avanços estruturais na eletrificação da região, com maior estabilidade no fornecimento e maior uso de equipamentos eletrodomésticos, especialmente em áreas urbanas ou ribeirinhas parcialmente integradas à malha elétrica (Gráfico 13).

Já o estado do Pará demonstrou o desem-

penho mais expressivo, partindo de 997 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023, com crescimento contínuo e acentuado a partir de 2021. Essa tendência indica uma intensificação do consumo residencial e comercial no estado, refletindo não apenas o aumento do acesso à energia, mas também um possível desenvolvimento econômico mais abrangente e fortalecimento das redes de distribuição em áreas mais populosas (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 698 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

No município de Faro, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação fóssil (como lâmparas, velas ou querosene) mostrou um declínio ao longo do período. Em 2019, 6,9% desses domicílios recorriam a essa forma de iluminação, chegando a 7,3% em 2020 – um aumento que pode refletir instabilidade no fornecimento de energia. A partir de então, o percentual caiu significativamente para 4,2% em 2022, mantendo-se em patamar semelhante em 2023 (4,4%). Essa queda indica avanços na eletrificação, ainda que o nível de exclusão permaneça preocupante (Gráfico 14).

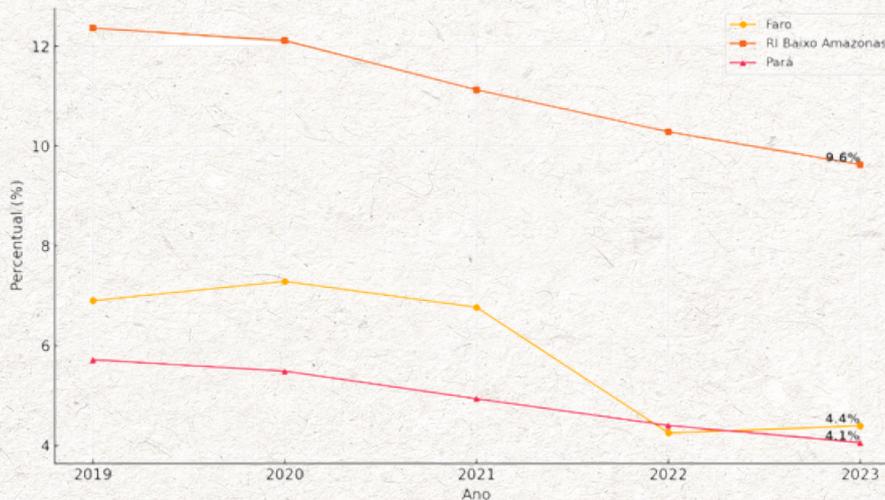


Na RI Baixo Amazonas, os índices foram sistematicamente mais altos que os de Faro e do estado. Em 2019, 12,4% dos domicílios de baixa renda utilizavam iluminação fóssil, e embora tenha havido redução contínua, o percentual ainda era de 9,6% em 2023. Essa persistência evidencia dificuldades estruturais de eletrificação em áreas rurais e isoladas da região, demonstrando uma das facetas mais visíveis da desigualdade energética no interior amazônico (Gráfico 14).

No estado do Pará, o indicador também apresentou tendência de queda, passando de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023. Apesar da redução moderada, o patamar ainda indica que milhares de domicílios seguem sem acesso pleno à energia elétrica, o que compromete a qualidade de vida, segurança e acesso a direitos básicos. O cenário estadual é melhor do que o regional (RI), mas reforça a urgência de ações voltadas à universalização do serviço (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Empregos Formais por Mil Habitantes

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o desempenho foi bem mais estável e com tendência clara de crescimento. O indicador subiu de 94 empregos formais por mil habitantes em 2019 para 122 em 2023, evidenciando um fortalecimento gradual do mercado de trabalho formal na região. Isso pode estar associado à retomada econômica pós-pandemia, expansão do setor público regional e interiorização de serviços, além de maiores investimentos privados em polos urbanos médios como Santarém, que impulsionam a formalização em municípios vizinhos (Gráfico 15).

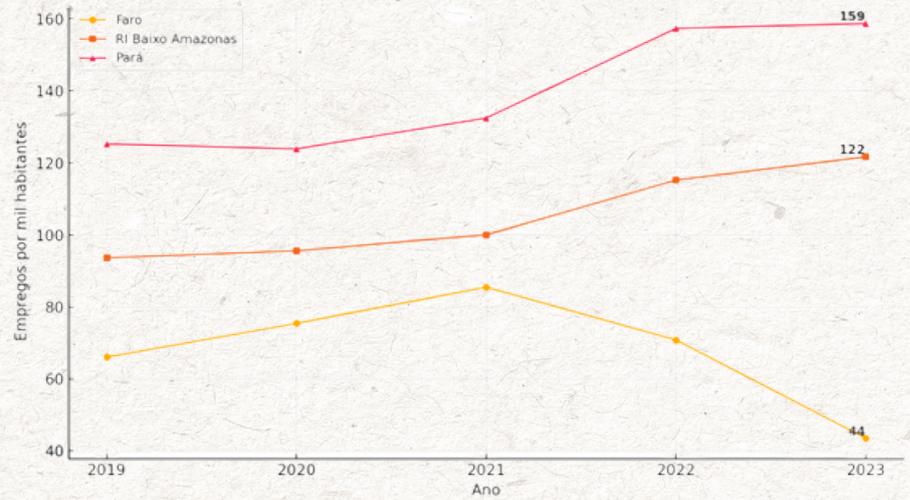
Entre 2019 e 2021, o município de Faro apresentou uma tendência de crescimento no número de empregos formais por mil habitantes, passando de 66 para 86 vínculos, o que representa um aumento de 30%. Esse avanço pode refletir políticas locais de fomento ao emprego, incremento de contratações no setor público ou movimentações em atividades econômicas específicas como o extrativismo ou o comércio local. No entanto, essa trajetória positiva foi interrompida a partir de 2022, quando o indicador caiu para 71, e em 2023 desabou para apenas 44 vínculos formais por mil habitantes — uma redução de quase 50% em relação ao pico (Gráfico 15).



No estado do Pará, o crescimento foi ainda mais expressivo, com o indicador passando de 126 em 2019 para 159 em 2023. A partir de 2021, observa-se um salto significativo, provavelmente estimulado por políticas fiscais de incentivo à geração de empregos, retomada da indústria e formalização de setores anteriormente informais. O contraste entre a tendência positiva no estado e na RI com o declínio em Faro reforça disparidades territoriais no dinamismo econômico e nas oportunidades formais de trabalho, indicando a necessidade de ações específicas de desenvolvimento local no município (Gráfico 15).

No município de Faro, o PIB per capita cresceu de forma contínua entre 2018 e 2021, saindo de R\$ 7.543 para R\$ 11.099, o que representa um aumento de cerca de 47% nesse período. Essa evolução indica uma fase de relativo dinamismo econômico, possivelmente impulsionada por atividades públicas, transferências ou pequenos avanços em setores locais. Contudo, em 2022, houve uma queda expressiva para R\$ 8.832, o que pode sinalizar retração produtiva, descontinuidade de investimentos ou redução no desempenho de

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



setores específicos da economia local (Gráfico 16).

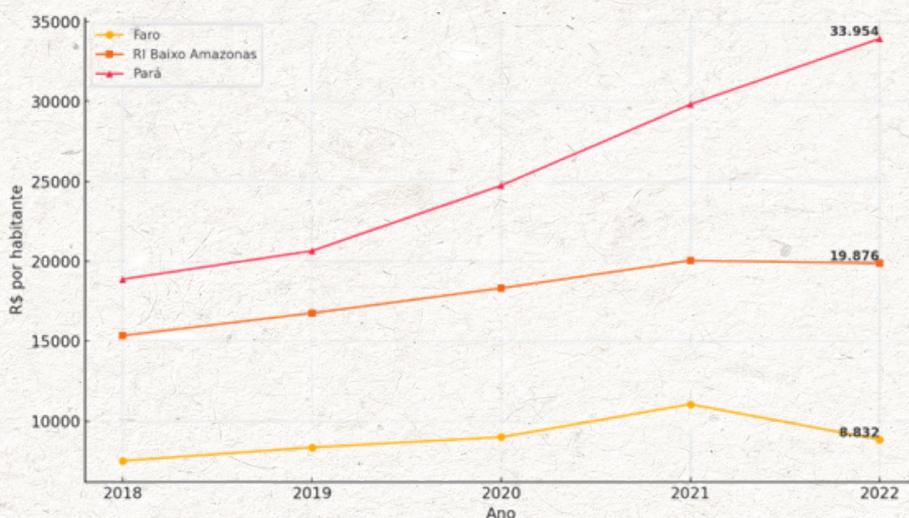
Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi de crescimento constante até 2021, passando de R\$ 15.386 para R\$ 20.116, com leve retração em 2022 (R\$ 19.876).

Esse padrão revela uma economia regional mais estável, com base produtiva diversificada, que sustenta o aumento de renda mesmo diante de choques pontuais. O patamar de PIB per capita na RI é significativamente superior ao de Faro, revelando desigualdade intrarregional acentuada (Gráfico 16).

Já o estado do Pará apresentou o crescimento mais robusto entre os três recortes, com o PIB per capita saltando de R\$ 18.975 em 2018 para R\$ 33.954 em 2022, com crescimento contínuo mesmo du-

rante o período pandêmico. Esse desempenho está fortemente atrelado à expansão da mineração e de atividades industriais de grande porte, que têm forte peso no PIB estadual, mas que nem sempre revertem diretamente em qualidade de vida nas regiões mais isoladas, como Faro (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8.832/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O município de Faro apresentou um comportamento de retração no peso da indústria em sua estrutura econômica. Em 2018, o valor adicionado da indústria representava 4,9% do PIB municipal, caindo progressivamente até 3,5% em 2022. Esse cenário sugere uma economia local cada vez mais dependente do setor público ou de atividades primárias e serviços, com fraca capacidade de industrialização e agregação de valor produtivo (Gráfico 17).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador teve

leve crescimento entre 2018 (17,4%) e 2020 (22,1%), mas caiu para 18,3% em 2021, com recuperação moderada em 2022 (20%). Ainda que sujeito a oscilações, o peso industrial na RI mostra-se mais consistente que no município, refletindo a presença de polos de transformação, como em Santarém, que sustentam o dinamismo regional e compensam as fragilidades produtivas de municípios menores (Gráfico 17).

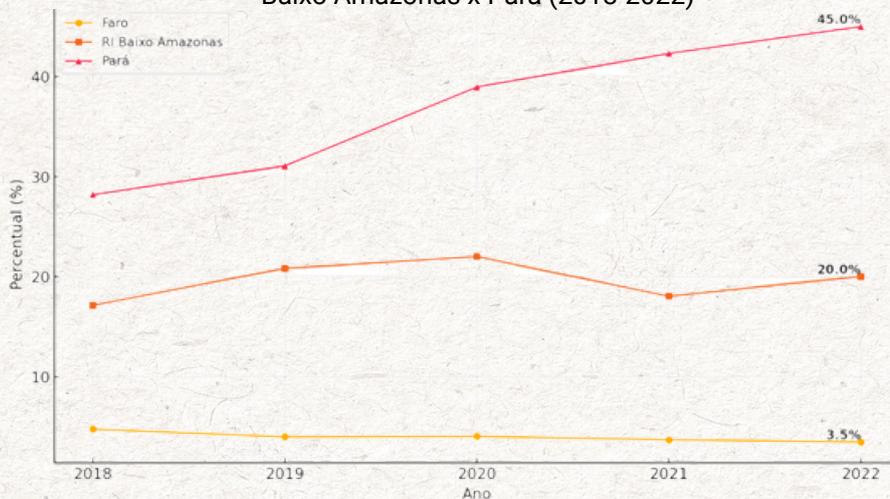
O estado do Pará evidencia forte presença industrial em sua composição do PIB, com

crescimento notável de 28,4% em 2018 para 45% em 2022. Esse avanço está diretamente relacionado à expansão da mineração, metalurgia e energia, setores que concentram grande parte da atividade industrial no estado. Embora positivos para o PIB agregado, esses setores tendem a ter baixo efeito multiplicador sobre municípios pequenos e distantes, o que explica a baixa participação industrial em Faro e sua relativa desconexão dos benefícios econômicos mais amplo (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2021, o município de Faro apresentou uma tendência de crescimento no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, passando de 11,7 para 14,1. Esse avanço pode estar relacionado a contratações pontuais em órgãos públicos, atuação de professores com titulação em instituições locais ou inclusão de novos profissionais no registro estatístico.



Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi de crescimento gradual e consistente ao longo do período. Em 2019, havia 10,7 profissionais da ciência por 100 mil habitantes, número que cresceu ano a ano, chegando a 14 em 2023. Essa trajetória estável sugere uma expansão controlada da presença científica na região, provavelmente associada à consolidação de instituições de ensino superior, polos de pesquisa ou políticas regionais de valorização da ciência, tecnologia e inovação (Gráfico 18).

No entanto, esse crescimento não se sustentou: o indicador caiu para 11,3 em 2022 e sofreu forte retração em 2023, atingindo apenas 8 profissionais por 100 mil habitantes, revelando uma possível evasão, descontinuidade de projetos ou ausência de políticas de fixação de talentos científicos no município (Gráfico 18).

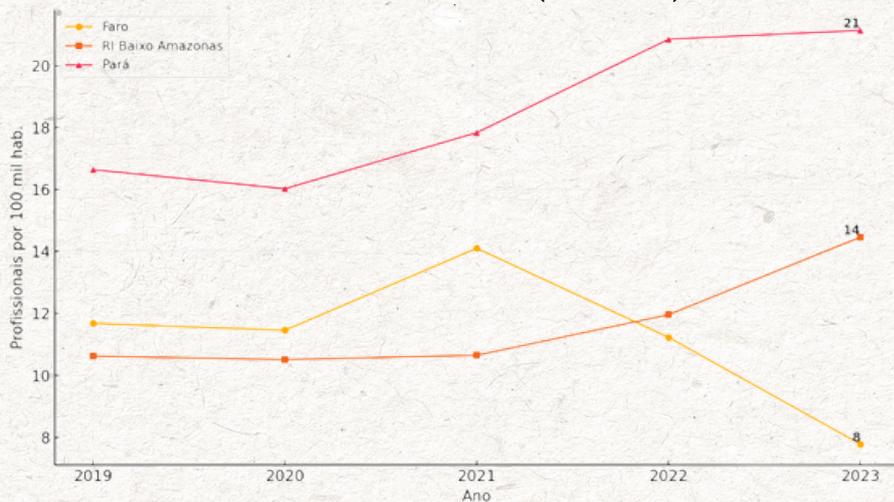


O estado do Pará como um todo apresentou a maior densidade de profissionais da ciência e o crescimento mais expressivo no período.



Em 2019, o indicador estava em 16,7 e, após leve recuo em 2020, avançou progressivamente até alcançar 21 em 2023. Esse crescimento indica um fortalecimento das redes estaduais de pesquisa e inovação, com maior presença institucional de universidades, centros de pesquisa e editais de fomento, embora o avanço ainda não se reflita de maneira uniforme em territórios mais periféricos, como Faro (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

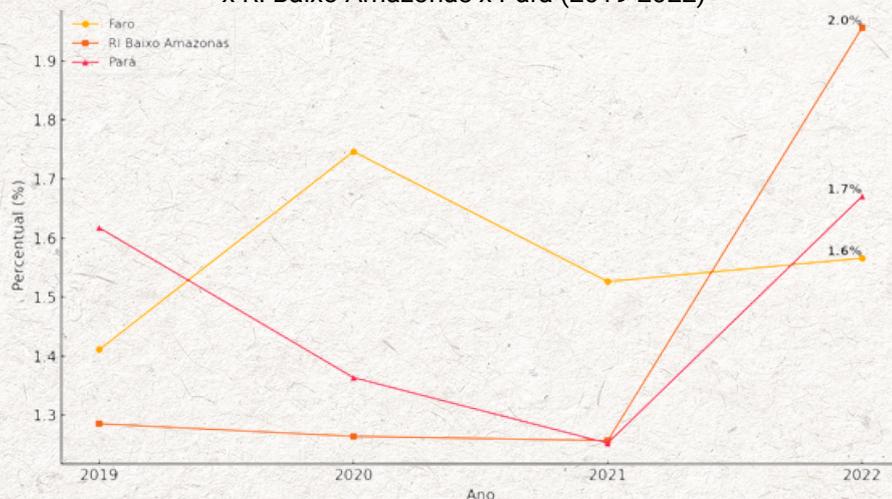
No município de Faro, a massa salarial dos vínculos formais como proporção do PIB apresentou uma leve tendência de crescimento entre 2019 e 2020, saindo de 1,42% para 1,75%, indicando uma valorização relativa do trabalho formal na economia local. Contudo, esse avanço não se manteve: o percentual recuou para 1,53% em 2021 e teve recuperação modesta em 2022, chegando a 1,6%. Esse comportamento sugere uma participação estável, porém limitada, dos vínculos formais no valor agregado municipal, o que pode refletir tanto um mercado de trabalho formal pouco dinâmico quanto um aumento

do PIB não acompanhado por ganhos salariais proporcionais (Gráfico 19).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a trajetória foi distinta, com valores mais baixos e estabilidade até 2021 (variando pouco abaixo de 1,3%), mas uma elevação expressiva em 2022, quando a massa salarial formal atingiu 2,0% do PIB. Esse salto pode indicar uma valorização dos empregos formais, aumento real de salários ou crescimento do número de vínculos com maior remuneração relativa, refletindo fortalecimento do mercado formal em centros urbanos regionais como Santarém (Gráfico 19).

Já no estado do Pará, observa-se uma tendência mais irregular. A participação da massa salarial no PIB caiu de 1,62% em 2019 para 1,25% em 2021, mas voltou a subir para 1,68% em 2022. Essa oscilação pode refletir a estrutura produtiva do estado, fortemente dependente de setores com alta produtividade e baixo impacto na geração de empregos formais, como a mineração. A retomada em 2022 indica possível reaquecimento do mercado formal ou políticas de incentivo à formalização, ainda que o peso do trabalho na composição do PIB estadual continue relativamente reduzido (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

O município de Faro apresentou um crescimento expressivo no acesso à telefonia móvel ao longo do período. Em 2019, havia apenas 14 linhas por 100 habitantes, número que quase quadruplicou até 2023, alcançando 51 linhas. Esse avanço evidencia a expansão da infraestrutura de telecomunicações e a crescente penetração da telefonia celular mesmo em localidades remotas da Amazônia, o que pode estar associado a investimentos públicos ou à interiorização das operadoras. Apesar do progresso, o município ainda apresenta cobertura inferior à média estadual, refletindo persistentes desigualdades tecnológicas (Gráfico 20).

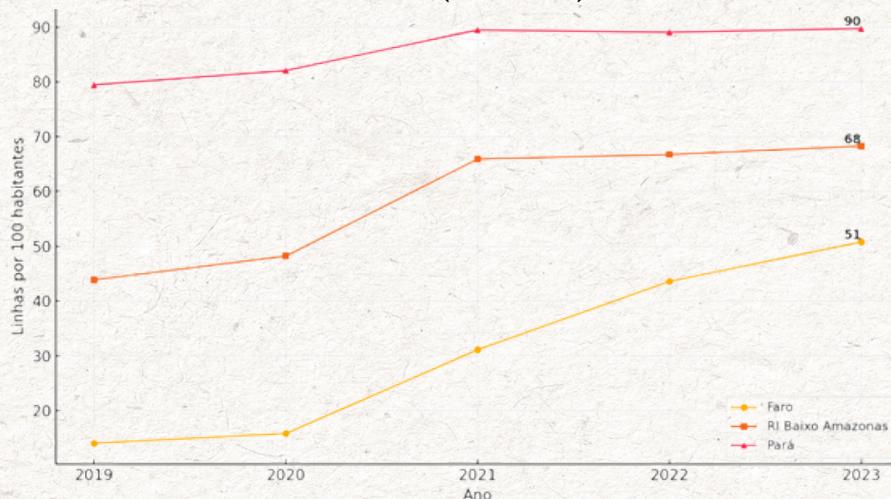
Na Região de Integração Baixo Amazonas, o crescimento foi igualmente significativo, partindo de 44 linhas por 100 habitantes em 2019 para 68 em 2023. A curva de crescimento mais acentuada entre 2020 e 2021 pode ter sido impulsionada pela necessidade de conectividade durante a pandemia, especialmente em municípios com maior densidade populacional. A estabilidade nos anos seguintes indica que a região já atingiu um estágio de consolidação do serviço, embora ainda abaixo dos índices do estado como um todo (Gráfico 20).





O estado do Pará manteve os maiores patamares de acesso em toda a série histórica, iniciando com 80 linhas por 100 habitantes em 2019 e atingindo 90 em 2023. O crescimento foi relativamente contínuo, com um salto entre 2020 e 2021. Esse desempenho evidencia uma estrutura de cobertura mais ampla e diversificada nos centros urbanos e regiões mais acessíveis. Ainda assim, os dados reforçam a necessidade de políticas específicas para garantir acesso pleno em regiões mais distantes e menos povoadas, como Faro (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

No município de Faro, as despesas públicas per capita com cultura e gestão ambiental apresentaram uma mudança radical a partir de 2021. Após dois anos com valores zerados (2019 e 2020), os investimentos saltaram para R\$ 43 por habitante em 2021, R\$ 69 em 2022 e R\$ 78 em 2023. Esse crescimento robusto indica um novo direcionamento orçamentário local, possivelmente vinculado a projetos culturais, ambientais ou à regularização de gastos anteriormente inexistentes. Tal inflexão pode representar avanços em políticas públicas de valori-

zação do patrimônio cultural e de sustentabilidade ambiental (Gráfico 21).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais estável, com ligeiro crescimento de R\$ 46 para R\$ 48 entre 2019 e 2020, seguido de uma queda para R\$ 36 em 2021. A partir de então, houve retomada dos investimentos, que chegaram a R\$ 64 por habitante em 2023. Essa trajetória sugere oscilações orçamentárias, mas também indica uma recuperação recente, alinhada a uma maior atenção à cultura e ao meio ambiente em

nível regional (Gráfico 21).

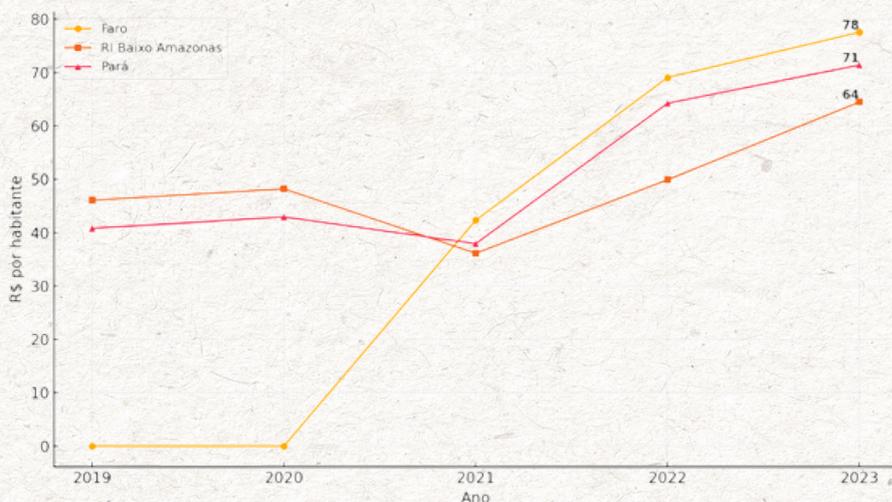
No estado do Pará, o indicador também apresentou crescimento expressivo após leve queda em 2021. Saindo de R\$ 41 por habitante em 2019 para R\$ 71 em 2023, o estado revela uma política progressiva de incremento nos gastos com cultura e gestão ambiental. Esse movimento pode estar relacionado à valorização de pautas ambientais no cenário nacional e internacional, especialmente relevantes na Amazônia, bem como à ampliação de programas estaduais voltados à cultura e à proteção ambiental.



A convergência entre o avanço estadual e o recente salto observado em Faro indica uma possível influência positiva das diretrizes estaduais sobre os municípios (Gráfico 21).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 78/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS 12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

No município de Faro, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo apresentou tendência de queda ao longo do período. Em 2019, esse percentual era de 20%, mantendo-se relativamente estável até 2021 (19,6%), mas caindo significativamente para 16,7% em 2022 e mantendo esse patamar em 2023. Essa redução indica possíveis avanços em políticas de coleta de resíduos sólidos, mesmo que parciais, ou maior conscientização ambiental da população. Ainda assim, os dados refletem uma realidade de fragilidade estrutural na cobertura de serviços de limpeza urbana para a po-

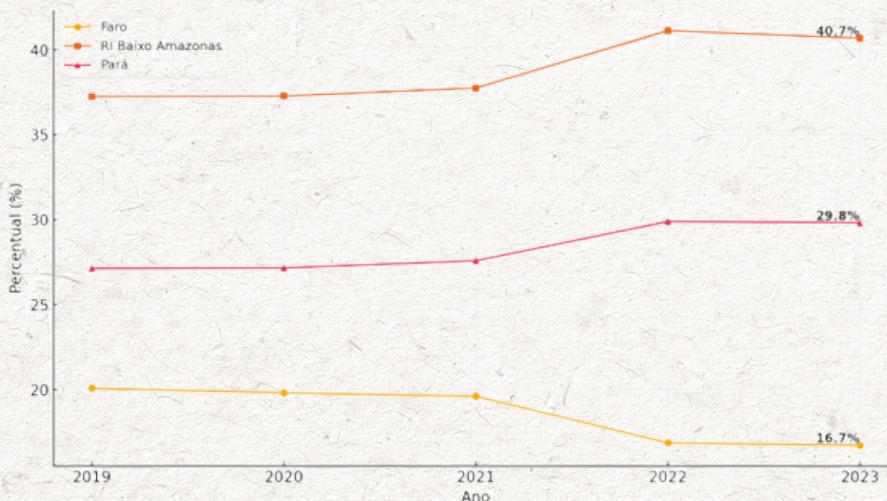
pulação mais vulnerável (Gráfico 22).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a tendência foi inversa. O percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo manteve-se em torno de 37% entre 2019 e 2021, mas teve um salto expressivo para 41% em 2022, permanecendo elevado em 2023 (40,7%). Esse aumento pode refletir o agravamento da precarização dos serviços de coleta ou o crescimento de áreas urbanas e periurbanas não atendidas, especialmente com a expansão desordenada de assentamentos. Essa piora regional contrasta com a evolução positiva de Faro, ainda

que em um patamar menor (Gráfico 22).

O estado do Pará como um todo também mostrou elevação no percentual desse indicador, saindo de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2023. A tendência de crescimento ocorreu especialmente após 2021, sugerindo que a ampliação do acesso aos serviços de saneamento e coleta de resíduos sólidos não acompanhou o crescimento das áreas ocupadas ou o aumento da população de baixa renda. Isso evidencia desafios estruturais na gestão de resíduos sólidos em nível estadual, sobretudo em áreas urbanas periféricas e zonas rurais (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

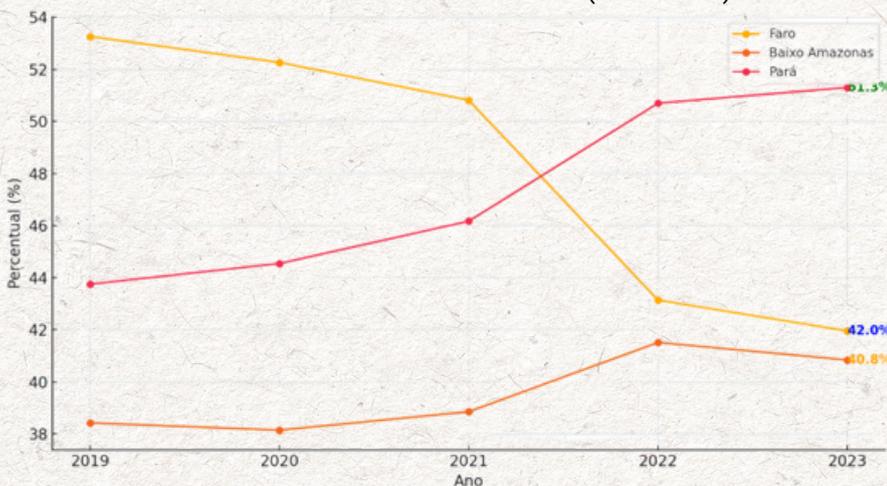
O município de Faro iniciou o período com o maior percentual entre os recortes analisados: 53,3% da população de baixa renda utilizava fossa rudimentar em 2019. Houve uma leve redução até 2021 (51%), mas uma queda expressiva foi registrada em 2022, quando o indicador caiu para 43,2%, chegando a 42% em 2023. Essa redução acentuada pode sinalizar a implementação de melhorias no acesso ao saneamento básico ou substituição gradual de fossas rudimentares por sistemas mais adequados, embora o patamar ainda seja elevado e represente um risco ambiental e sanitário relevante (Gráfico 23).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os percentuais foram inferiores aos de Faro e relativamente estáveis. O indicador oscilou entre 38,2% (2019) e 41,7% (2022), com ligeira queda para 40,8% em 2023. Apesar de mais estável, o cenário ainda aponta para uma proporção significativa da população vulnerável exposta a formas precárias de esgotamento sanitário. A ausência de avanços significativos pode refletir limitações orçamentárias ou ausência de políticas integradas de saneamento para áreas de baixa renda (Gráfico 23).

No estado do Pará, o comportamento do indicador foi de

crescimento. Em 2019, 43,8% da população de baixa renda utilizava fossas rudimentares; esse percentual subiu de forma contínua até atingir 51,3% em 2023, superando os níveis observados nas outras escalas. Esse agravamento pode estar relacionado à expansão de áreas informais de moradia, à ausência de investimentos suficientes em saneamento e à fragilidade dos instrumentos de planejamento urbano voltados à população pobre. O dado revela um retrocesso em um dos aspectos mais críticos da saúde pública e da dignidade humana (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 42%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres

No município de Faro, os gastos per capita com prevenção de desastres evoluíram de forma significativa, embora tenham partido de um patamar extremamente baixo. Entre 2019 e 2020, os valores permaneceram praticamente nulos. A partir de 2021, observa-se uma leve elevação (R\$ 13/hab.), que se intensifica nos anos seguintes, chegando a R\$ 52 por habitante em 2023. Essa trajetória ascendente, embora ainda distante dos patamares estaduais e regionais, sugere um movimento recente de priorização orçamentária para ações preventivas diante de eventos extremos, o que pode

refletir maior percepção local dos riscos ambientais (Gráfico 24).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais robusto ao longo do período. Em 2019, o gasto era de R\$ 204 por habitante, subindo para R\$ 265 em 2020. Após uma queda para R\$ 223 em 2021, houve nova elevação contínua até atingir R\$ 267 em 2023. A oscilação indica ajustes orçamentários, mas a retomada do crescimento sugere comprometimento estável com a agenda de prevenção de desastres, possivelmente influenciada por demandas crescentes relaciona-

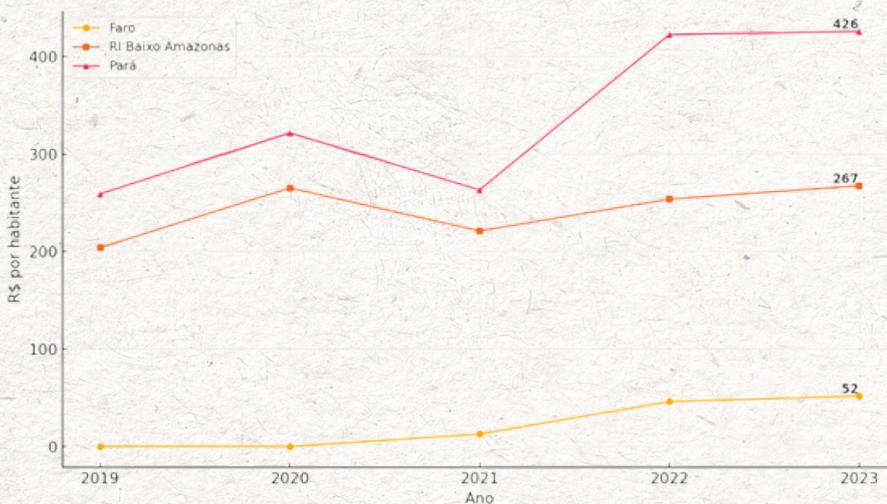




das a enchentes, deslizamentos e outras vulnerabilidades ambientais da região (Gráfico 24).

No estado do Pará, os investimentos nessa área apresentaram uma evolução expressiva. O gasto per capita saltou de R\$ 261 em 2019 para R\$ 322 em 2020, com leve recuo em 2021 (R\$ 263), seguido por forte avanço em 2022, atingindo R\$ 426 em 2023. Essa trajetória reflete uma política estadual cada vez mais orientada à antecipação de riscos, num contexto de intensificação dos efeitos climáticos. A elevação do gasto médio por habitante evidencia maior institucionalização de estratégias preventivas e consolidação de programas de defesa civil e resiliência territorial (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 52/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Em Faro, o comportamento do indicador de despesas com preservação aquática teve oscilações. Os valores eram de R\$ 62 em 2019, subiram discretamente para R\$ 65 em 2020, e caíram para R\$ 58 em 2021. Em 2022, houve recuo expressivo para R\$ 28 por habitante, seguido de uma retomada importante em 2023, alcançando R\$ 77. Essa trajetória pode refletir flutuações na alocação de recursos conforme disponibilidade orçamentária ou projetos específicos, além da crescente valorização de áreas hídricas estratégicas no município (Gráfico 25).



Na Região de Integração Baixo Amazonas, os gastos mostraram crescimento expressivo, sobretudo no final do período analisado. Os valores saíram de R\$ 171 em 2019 para R\$ 222 em 2020, mantendo-se nesse patamar em 2021 (R\$ 218). Após um recuo para R\$ 163 em 2022, houve forte expansão em 2023, chegando a R\$ 387 por habitante. Esse aumento pode estar relaciona-

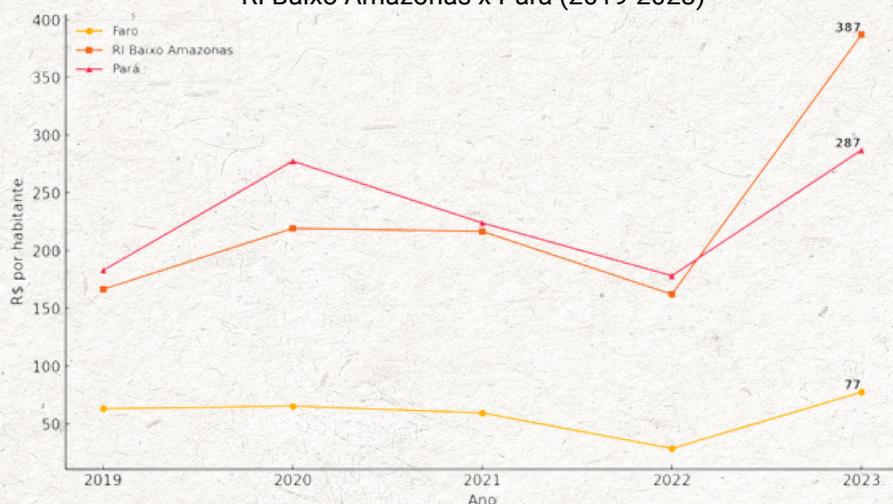
do à ampliação de políticas de proteção de rios, igarapés e áreas de várzea, essenciais para a sustentabilidade da região, diante de crescentes pressões socioambientais (Gráfico 25).

O estado do Pará também evidenciou oscilações importantes no indicador. Em 2019, o gasto era de R\$ 184 por habitante, aumentando para R\$ 280 em 2020. Contudo, essa tendência positiva foi revertida



nos dois anos seguintes, com redução para R\$ 226 em 2021 e R\$ 177 em 2022. Em 2023, houve recuperação parcial, com elevação para R\$ 287. O padrão observado indica certa sensibilidade do investimento a ciclos orçamentários, mas também evidencia a retomada de ações voltadas à conservação de recursos hídricos, fundamentais para o equilíbrio ecológico e abastecimento populacional em um estado de grande densidade hidrográfica (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 77/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Faro, o percentual da área de floresta em relação à área total apresentou uma tendência de declínio abrupto entre 2019 e 2021, saindo de 95,6% para apenas 68,9%. Essa redução expressiva pode estar relacionada a pressões antrópicas como desmatamento e expansão de atividades econômicas não sustentáveis. No entanto, a partir de 2022, observa-se uma recuperação significativa, com o índice subindo para 85,6% e permanecendo nesse patamar em 2023, o que pode refletir ações de recomposição florestal ou reclassificação de áreas. (Gráfico 26).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, a trajetória foi menos volátil, com o indica-

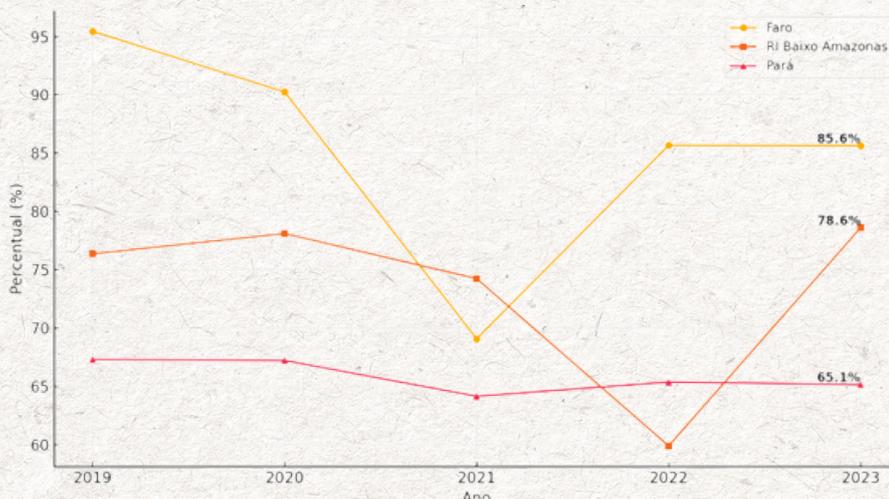
dor se mantendo entre 74% e 78% ao longo dos anos. Após leve crescimento até 2020, houve queda em 2021 e recuo mais acentuado em 2022 (60%), seguida por uma recuperação em 2023, quando o índice retornou para 78,6%.



Essa oscilação pode refletir mudanças sazonais na cobertura vegetal, variações metodológicas ou iniciativas regionais de preservação ambiental (Gráfico 26).

No estado do Pará, o percentual da área florestal se manteve relativamente estável entre 2019 e 2023, variando de 67,1% para 65,1%. Isso indica um cenário de conservação florestal com perdas graduais, mas contínuas. A estabilidade do índice, apesar da pressão histórica sobre o bioma amazônico, pode estar relacionada à implementação de políticas públicas de monitoramento ambiental, embora ainda insuficientes para reverter a tendência de redução lenta, porém persistente, da cobertura florestal (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 85,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Em Faro, o percentual da área desmatada em relação à área total permaneceu praticamente constante ao longo dos anos, variando entre 2,1% e 2,2%. Essa estabilidade pode indicar um cenário de controle do avanço do desmatamento, embora também possa refletir a limitação de dados ou ausência de expansão agropecuária e urbana significativa no território. Mesmo com a expressiva oscilação da área de floresta registrada no mesmo período, o índice de desmatamento não acusou elevação, o que pode sugerir uma recomposição parcial ou manejo florestal localizado (Gráfico 27).

Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o indicador manteve-se estável entre 2019

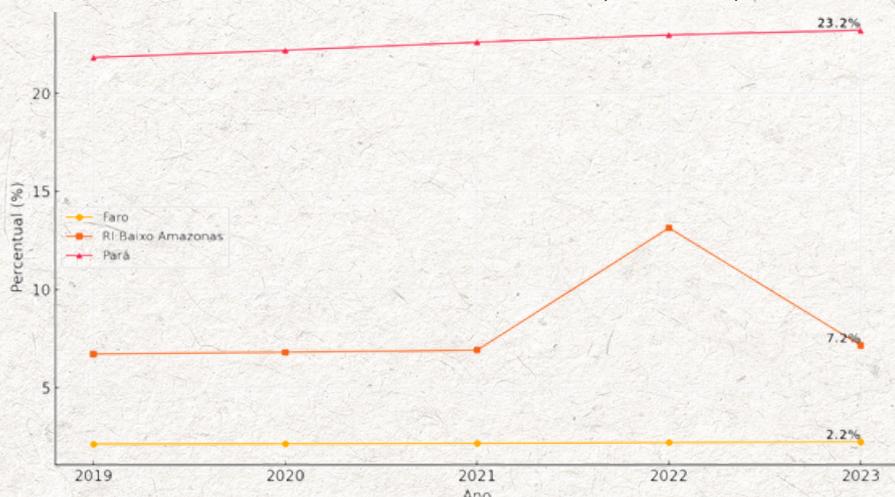
e 2021, em torno de 6,9%, mas sofreu um pico em 2022, alcançando 13,1%, o que aponta para um evento ou conjuntura de desmatamento mais intenso nesse ano. Em 2023, há recuo para 7,2%, indicando possível contenção do avanço ocorrido anteriormente. Essa oscilação pode refletir tanto ciclos de expansão agrícola quanto fiscalizações ambientais intermitentes (Gráfico 27).

No estado do Pará, a tendência foi de crescimento contínuo do percentual de área desmatada, indo de 21,7% em 2019 para 23,2% em 2023. Essa elevação reflete a persistência da pressão sobre os recursos naturais no estado, especialmente nas áreas de fronteira agrícola e exploração madeireira.

A estabilidade elevada do índice mostra que, apesar de iniciativas pontuais de controle, o desmatamento ainda avança de forma estrutural, representando um desafio para a conservação ambiental e o cumprimento de metas climáticas (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes apresentou tendência de queda contínua no estado do Pará, partindo de aproximadamente 39,5 casos em 2019 para 11 em 2023. Essa queda consistente indica uma possível intensificação de políticas públicas voltadas ao combate ao trabalho infantil no estado. A redução de quase 72% em cinco anos é um dado relevante, sugerindo avanços significativos na proteção da infância (Gráfico 28).

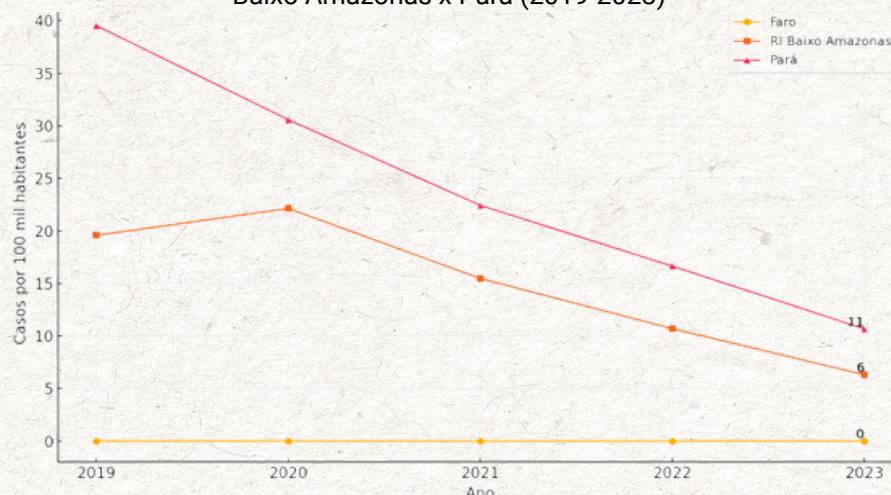
Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o indicador teve um leve aumento entre

2019 e 2020 (de 19,6 para 22,2), mas em seguida caiu de forma contínua até atingir 6 casos por 100 mil habitantes em 2023. Embora menos expressiva que a queda estadual, a redução na RI também é notável e segue a mesma tendência. Já no município de Faro, o indicador manteve-se zerado ao longo de todo o período analisado (2019-2023), o que pode indicar ausência de registros ou efetiva eliminação do problema localmente (Gráfico 28). Esse desempenho de Faro, embora positivo à primeira vista, deve ser analisado



com cautela, pois a ausência de registros pode refletir subnotificação em áreas de difícil acesso ou com baixa capacidade administrativa. Ainda assim, o alinhamento da tendência regional e estadual de queda no trabalho infantil reforça que políticas intersectoriais estão surtindo efeito no combate à exploração de crianças e adolescentes no trabalho precoce (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

A Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes no estado do Pará manteve-se elevada ao longo dos cinco anos, ainda que com leve queda, passando de 39,0 em 2019 para 31,0 em 2023. Mesmo com essa redução, o patamar ainda é crítico e reforça a necessidade de ações estruturadas de segurança pública, sobretudo nas regiões mais populosas. Os dados sugerem uma oscilação com pequena melhora recente (Gráfico 29).

Na Região de Integração do

Baixo Amazonas, a taxa se manteve em torno de 13 a 16 homicídios por 100 mil habitantes ao longo do período, apresentando leve redução entre 2019 e 2020, mas voltando a subir em 2022 antes de recuar novamente em 2023. Essa relativa estabilidade em patamar intermediário sugere que a violência letal é um desafio persistente, ainda que menos intenso que no nível estadual (Gráfico 29).

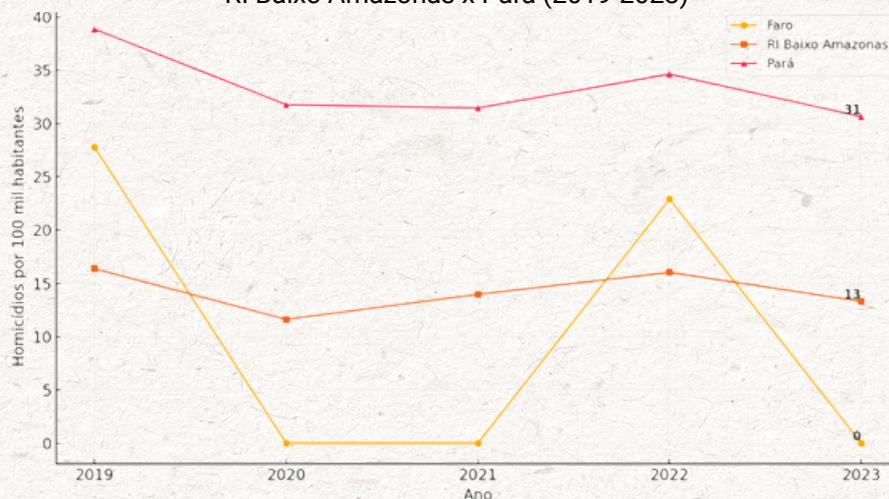
O município de Faro apresenta comportamento mais

volátil: com taxa elevada em 2019 (27,8), zerada nos anos seguintes (2020 a 2021), um pico em 2022 (23,1) e retorno a zero em 2023. Essa flutuação pode estar associada a eventos isolados em contextos de pequena população, o que torna o indicador mais sensível a variações pontuais. Ainda assim, o valor zero em três dos cinco anos sugere baixa incidência de homicídios na maior parte do período (Gráfico 29).



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS 17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

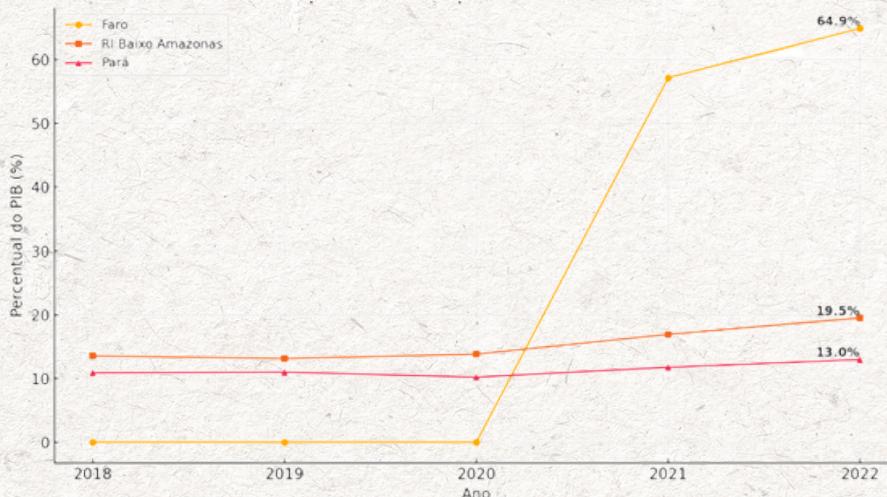
O indicador “Gasto Público Municipal como Percentual do PIB” apresentou uma forte inflexão no município de Faro entre 2020 e 2021. De um patamar nulo registrado entre 2018 e 2020, o percentual saltou drasticamente para 56,9% em 2021 e continuou crescendo em 2022, alcançando 64,9%. Essa elevação acentuada pode indicar um aumento expressivo dos gastos públicos ou uma retração significativa do PIB municipal, ou ainda ambos os fatores combinados. Esse comportamento evidencia uma inversão abrupta na dinâmica fiscal local que

merece atenção quanto à sua sustentabilidade (Gráfico 30).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, observa-se um crescimento mais moderado, mas ainda assim relevante. O percentual oscilou levemente entre 13,5% e 14% nos anos de 2018 a 2020, e a partir de 2021 iniciou um processo de alta, atingindo 19,5% em 2022. Esse aumento pode estar associado à intensificação de políticas públicas na região, com reflexos nos orçamentos municipais, especialmente em resposta a demandas sociais ampliadas durante e após o período da pandemia (Gráfico 30).

No contexto estadual do Pará, a trajetória foi a mais estável entre os três níveis analisados. O percentual oscilou em torno de 10,5% a 11,5% entre 2018 e 2020, e depois passou para 13,0% em 2022, revelando um crescimento contido e gradual dos gastos públicos em relação ao PIB. Isso pode refletir uma gestão fiscal mais equilibrada em nível estadual ou uma maior resiliência da base produtiva frente às oscilações de arrecadação. Em comparação, o caso de Faro se destaca por sua excepcionalidade no comportamento recente desse indicador (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 64,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.



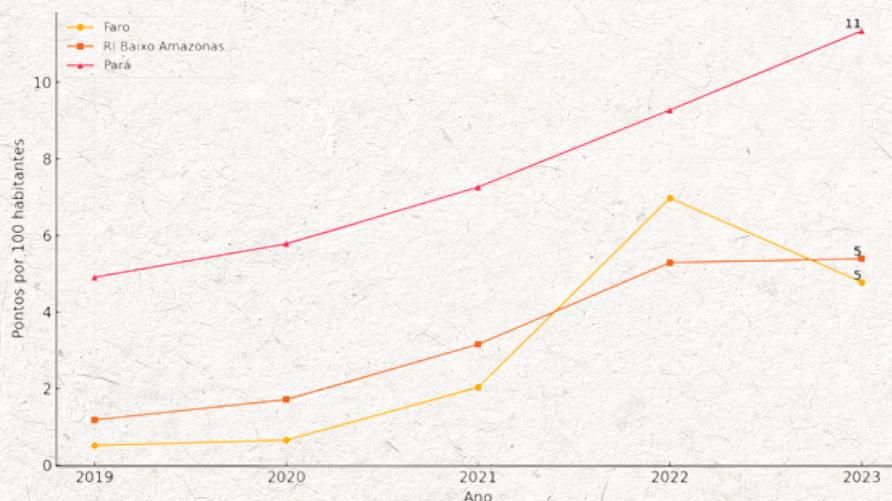
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa no município de Faro apresentou uma trajetória inicialmente ascendente, partindo de 0,5 ponto por 100 habitantes em 2019 até alcançar 7 pontos em 2022. No entanto, esse avanço foi seguido por uma queda em 2023, quando o indicador recuou para 5 pontos. Apesar da oscilação no último ano, observa-se um progresso significativo no quinquênio, refletindo esforços de ampliação da conectividade no município, ainda que de forma instável (Gráfico 31).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, a evolução do indicador foi mais contínua e gradativa, passando de 1,2 em 2019 para 5,3 pontos por 100 habitantes em 2023. Isso demonstra uma ampliação constante dos serviços de banda larga fixa, embora o patamar final ainda esteja abaixo da média estadual. Essa trajetória sugere um processo de consolidação da infraestrutura de conectividade na região, sem interrupções abruptas, o que favorece a estabilidade no acesso digital para a população (Gráfico 31).

No âmbito do estado do Pará, a tendência foi de crescimento consistente e expressivo ao longo de todo o período. O indicador passou de 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 para 11 pontos em 2023, mais do que dobrando em quatro anos. Esse desempenho estadual supera amplamente os valores observados em Faro e na RI Baixo Amazonas, o que evidencia disparidades territoriais em termos de inclusão digital. O avanço em nível estadual pode estar relacionado a políticas públicas amplas e investimentos estruturais mais concentrados nas áreas urbanas e centrais do estado (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

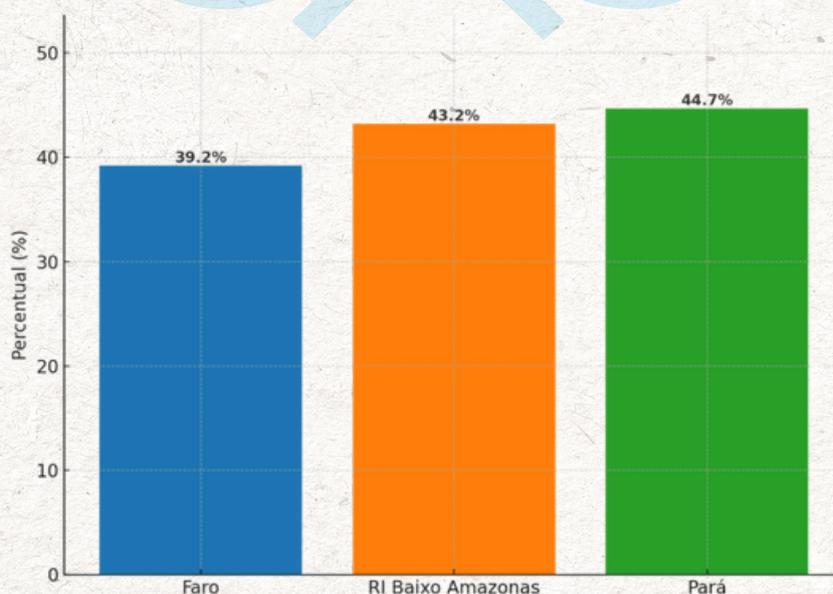
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Faro** registrou um IDS de **39,2%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Faro x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.

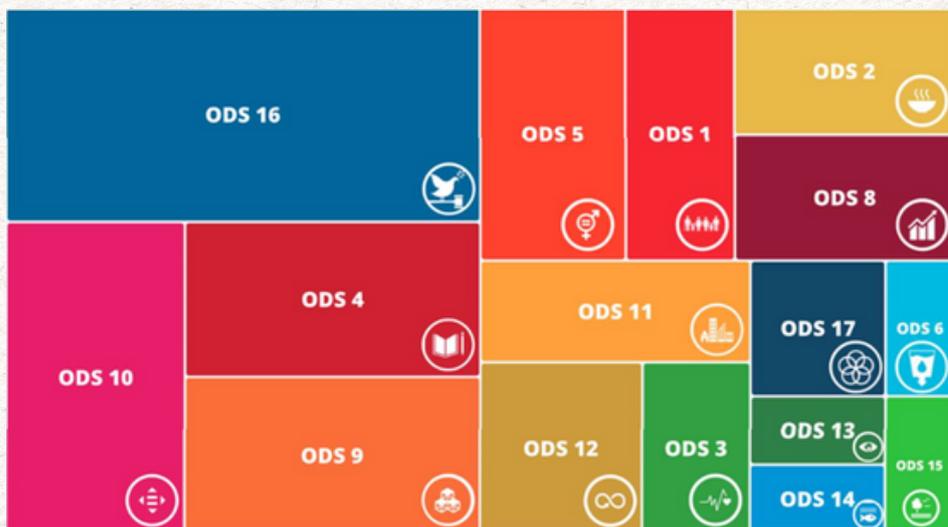


Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

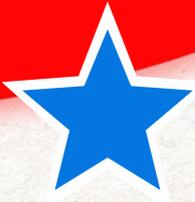
Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

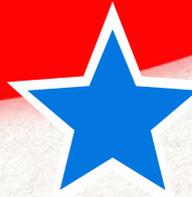
Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contêm importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).

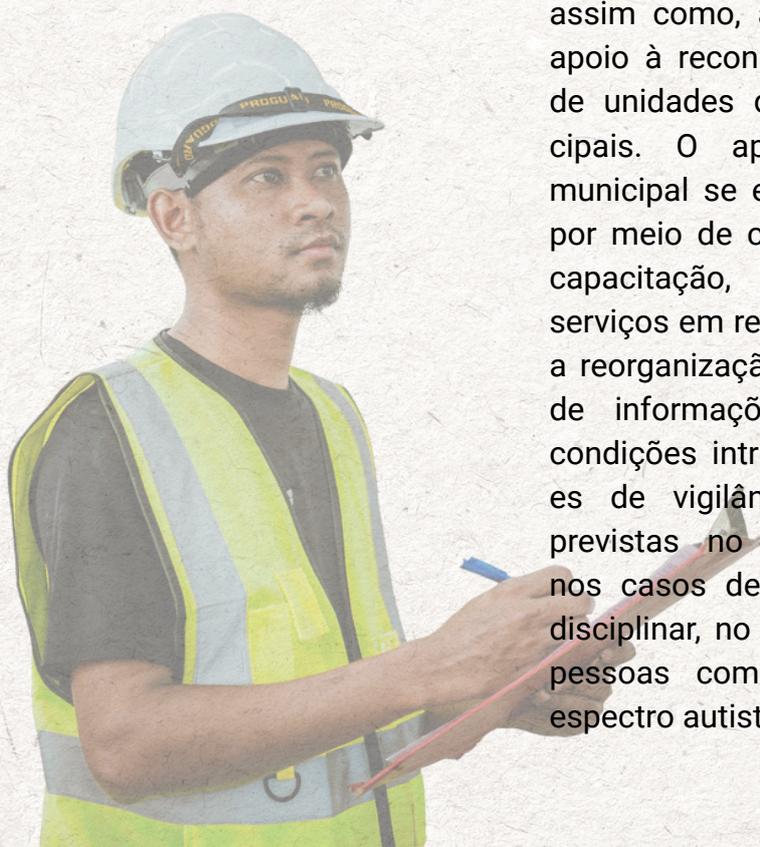


Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multissetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Faro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Faro e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioproductiva e impactos ambientais.

Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.





Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

